

## DEFESA NACIONAL CRIA PRÉMIO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O ATLÂNTICO

Página 3

## DIPLOMACIA DIGITAL VERDE: É HORA DA EU LIDERAR

Página 3

## O ESTADO DA UNIÃO

Página 4

## 20 ANOS DESDE 11 DE SETEMBRO

Página 4

## SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE

Página 5

## DESTAQUES EURODEFENSE JOVEM- PORTUGAL

Página 6

## A GEOPOLÍTICA DO MULTILATERALISMO

Página 6



## UMA NOVA ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A NATO E A UE

**Uma nova orientação estratégica para a NATO e a União Europeia num mundo geopoliticamente fragmentado. Os novos desafios do crescente poder económico, tecnológico e militar da China. Os vertiginosos efeitos das alterações climáticas e o “despertar” da importância estratégica do Ártico** | SUMÁRIO EXECUTIVO

É óbvio que uma eventual nova política de alargamento geográfico da ação da NATO, tal como proposto no texto em epígrafe, não pretende transformar a Aliança num “polícia” do mundo, tanto mais que o seu quadro legal a confina ao espaço euro-atlântico, mas antes adaptá-la aos novos contextos geopolíticos fragmentados, de uma Rússia militarmente mais poderosa e nostálgica do grande império perdido, de uma China mais assertiva e agressiva e do “despertar” do Ártico do seu “sono letárgico”.

Felizmente, com a nova Administração Biden, sanadas as profundas divisões políticas internas herdadas da presidência de Trump, incluindo a prioridade no combate à pandemia Covid-19, haverá uma notável diferença na política externa americana para com a Rússia e a China, em relação ao seu antecessor, mas essa diferença não significa falta de firmeza, mas sim alteração das prioridades e do tom. A política externa americana será mais assertiva e mais robusta, segundo os princípios e valores tradicionais da ordem liberal americana. A relação EUA-China continuará a ser centrada na competição entre autocracia e valores liberais, no contexto em que de facto a China, sendo o segundo mercado mundial, já representa 18% do PIB mundial e 22% do global das exportações. Neste contexto, a China é, na verdade, uma questão essencialmente geoeconómica, embora com pretensões de se tornar uma potência militar dominante e desafiante dos EUA. Segundo *Rush Doshi*, no seu livro *“The Long Game”*, a China tem por objetivo global alcançar a supremacia em 2049, quando o Partido Comunista da China celebrar 100 anos no poder.

Atendendo às adaptações impostas em função das rápidas transformações tecnológicas, geopolíticas e geoeconómicas em curso a nível global, agravadas pelos “fenómenos extremos” resultantes das alterações climáticas e do aquecimento global, a NATO e a UE deverão estar aptas a responder a essas novas ameaças e desafios, incluindo o Ártico.

Por outro lado, tendo em consideração a nova política externa dos EUA em relação ao grande espaço geopolítico Índico-Pacífico, mais especificamente em relação à crescente ameaça da China, devidamente reiterada por Joe Biden nas recentes Cimeiras da NATO e da UE em Bruxelas (junho de 2021), a NATO e a UE, ou apenas alguns Estados-membros da UE com maior potencial militar expedicionário e dotados de capacidades aeronavais credíveis, não poderão deixar de responder, se solicitados pelos EUA, a essas novas ameaças, desafios e tensões conflituais, incluindo naturalmente a China.

A China é, de facto, um crescente rival geopolítico marítimo, dotada de uma vontade política com maior assertividade e agressividade de domínio global, que não deve ser menosprezada. Por isso, os exercícios de reflexão e orientação político-estratégica em curso, tanto na NATO (Agenda NATO 2030/ Novo Conceito Estratégico da NATO) como na União Europeia (Bússola Estratégica - *“Strategic Compass”*), devem estabelecer metas mensuráveis que conduzam a uma maior e mais credível presença naval da UE e da NATO, e até incentivar uma mudança no pensamento estratégico-doutrinário da NATO e da UE acerca da inevitabilidade da segurança marítima num contexto muito mais abrangente.

Com a retirada precipitada, descoordenada e humilhante das forças militares dos EUA e da coligação internacional liderada pela NATO do Afeganistão e a tomada vertiginosa e triunfal de Cabul pelos talibãs, a primeira e única operação militar *“out-of-area”* da NATO no Afeganistão, por muito que a nós, atlantistas, nos custe aceitar, os EUA e a NATO foram derrotados e os talibãs venceram e voltaram ao poder vinte anos depois, com uma rapidez vertiginosa e aparentemente mais pujantes, que nem o melhor planeamento estratégico dos EUA e da NATO foram capazes de antecipar.

Esta derrota é um sinal dos novos tempos de um mundo geopoliticamente fragmentado e não pode ser comparada com o sucesso inédito na história militar contemporânea, que constituiu a derrota da União Soviética no quadro da *“raison-d’être”* da NATO, no início dos anos 90s do século passado. Os tempos são outros e, por isso, outras e mais adaptadas às novas situações, devem ser as estratégias dos EUA, NATO e UE.

Para além dos EUA e do Canadá, os países europeus da NATO que participaram na coligação internacional, têm o dever moral e de solidariedade de tudo fazer, dentro das suas possibilidades, para resgatar e dar acolhimento não só aos seus cidadãos e diplomatas, mas também aos afegãos que colaboraram com a coligação internacional e, se possível, às suas famílias.

Embora a União Europeia, como instituição, não tivesse sido ator interveniente no Afeganistão com os instrumentos militares, civis e diplomáticos da sua PCSD, há, sem dúvida, lições a tirar e a aprender do “colapso” do Afeganistão, para o futuro da segurança e defesa da UE e da Europa em geral. As futuras orientações estratégicas sobre segurança e defesa e a decisão sobre como utilizar todas as possibilidades já previstas do Tratado de Lisboa, são um processo da “Bússola Estratégica”, para se poder avançar no sentido de uma União Europeia de Defesa, serão analisadas e discutidas numa Cimeira Europeia de Defesa, a convocar durante a Presidência francesa rotativa da União (1º semestre de 2022).

Para a UE, os desenvolvimentos no Afeganistão serviram de alerta e mostraram que as nossas deficiências na “autonomia estratégica” e na dependência excessiva dos EUA para a sua segurança e defesa, terão um elevado preço a pagar. É, pois, chegado o momento para se considerar seriamente a urgente criação de uma “força militar de reação ou intervenção rápida” (*intervention or rapid entry force*), da ordem de 5.000 militares, e de se efetuar uma revisão profunda (*overhaul*) de todo o processo de tomada de decisão para a sua utilização efetiva. O exercício de reflexão em curso sobre o futuro da PCSD, designado por “Bússola Estratégica”, a aprovar no primeiro semestre de 2022, durante a presidência francesa rotativa da União, poderá ser o instrumento de reflexão apropriado para abordar, com seriedade e profundidade, esta importante questão intimamente relacionada com a “autonomia estratégica da UE”.

Esta situação no Afeganistão deverá constituir uma lição de estratégia e um aviso da história, a ser tomado em consideração se e quando a NATO, como um todo, ou apenas alguns aliados individualmente, for eventualmente “pressionada” a lançar uma operação *“out-of-Asia”*, em apoio das desgastadas e insuficientes forças militares norte-americanas, nomeadamente na região Indo-Pacífico e mais concretamente no Mar do Sul da China (Japão, Coreia do Sul e Taiwan).

O “Acordo estratégico de cooperação tecnológica e de segurança”, estabelecido em 15set2021, entre EUA, Reino Unido e Austrália, permitindo à Austrália ficar equipada com uma frota de submarinos estratégicos de propulsão nuclear e criar uma infraestrutura para a manter e desenvolver, veio alterar o equilíbrio estratégico na vasta região Indo-Pacífico, a favor das chamadas “democracias marítimas”.

A outra face da moeda, contudo, consiste em determinar se o aprofundamento da relação euro-atlântica, tal como tinha sido gizado nas Cimeiras da NATO e UE-EUA, de 14-15jun2021, sofreu alguma secundarização, em virtude de uma vez mais ficar demonstrado que o interesse estratégico vital dos EUA reside efetivamente na região Ásia Pacífico.

Com as alterações climáticas e a aceleração do aquecimento global, caminha-se irreversivelmente para o degelo dos glaciares e a subida média dos oceanos. O “despertar” do sono letárgico do Ártico terá um grande impacto no equilíbrio geopolítico da região do Ártico, criando novas vulnerabilidades, focos de tensão, desafios e ameaças, que se repercutem nas estratégias dos países ribeirinhos, não só em relação às rotas de navegação marítimas comerciais, mas também no que concerne à exploração das imensas riquezas minerais, piscatórias e de hidrocarbonetos e combustíveis fósseis, existentes em grande abundância na ampla região do Ártico.

Em função da curva ascendente do aquecimento global, alguns estudos científicos apontam no sentido de em 2030-2035 toda a região ártica já proporcionar, no verão, não só condições de navegabilidade seguras, como também a exploração das suas imensas riquezas minerais, piscatórias e outras. As tradicionais rotas marítimas comerciais do Ártico, conhecidas como “Rota Noroeste” e “Rota Nordeste”, constituem, de facto, uma alternativa eficiente à rota do Canal do Suez, poupando mais de 7.000 Km de percurso na ligação Atlântico-Pacífico.

Pela sua importância estratégica, o Ártico está a despertar o interesse não só dos países ribeirinhos, incluindo a Rússia, mas também de muitos outros países, nomeadamente a China, o Japão e a Coreia do Sul. Os EUA e outros aliados da NATO e membros da UE vêm a expansão da presença militar russa no Ártico, assim como do interesse crescente da China nessa região, como uma séria ameaça e, em consequência, estão a examinar e atualizar opções de estratégia, doutrina, estruturas de forças e de C5ISTAR<sup>1</sup>, assim como de equipamento especializado, treino, etc.

As rápidas mudanças das condições do campo de batalha nas próximas décadas, devido principalmente à introdução de novas tecnologias disruptivas, nomeadamente no Ártico e no Mar do Sul da China, exigirão que a NATO e a UE, ou só alguns Estados-membros da UE, participem em coligações internacionais de boa vontade lideradas pelos EUA, em defesa de objetivos político-estratégicos globais de interesse comum.

Está demonstrado que 75% dos bens de consumo que entram na Europa são transportados por via marítima desde as longínquas regiões do Indo-Pacífico e, supostamente desde 2035, através da rota do Ártico. Há, por isso, fundamentadas razões económicas e de segurança para sustentar o racional do fortalecimento da presença marítima da União nessas vias de interesse estratégico para a Europa, naturalmente em coordenação e complementaridade com a NATO, os EUA e os seus aliados e parceiros nessas grandes áreas do Indo-Pacífico e Ártico.

Trata-se, portanto, de um xadrez geopolítico complexo e sensível, gerador de potenciais tensões e crises, para as quais é preciso desenvolver, preventivamente, as estratégias, as capacidades de defesa e os instrumentos multilaterais diplomáticos adequados, que assegurem a superioridade, paz, segurança e estabilidade nessa importante região que está a despertar do seu sono letárgico.

Por muito que custe aceitar aos extraordinários visionários fundadores da bem-sucedida Aliança Atlântica há mais de 70 anos, é hoje um facto incontornável que o mundo mudou imenso e que a queda do “Muro de Berlim”, com a dissolução da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, há 30 anos, significou o fim de uma ordem bipolar mundial, na qual prevalecia a “Guerra Fria” baseada na doutrina da “destruição mútua assegurada”. Com o fim da “Guerra Fria”, fiel ao conceito do “Fim da História”, viveu-se durante algum tempo num mundo monopolar e assistiu-se à esperança do renascer de uma nova ordem mundial baseada nos valores da democracia liberal, estado de direito e direitos humanos e na hegemonia política, económica, tecnológica e militar do Ocidente.

Contudo, com o “colapso” do Afeganistão e com o ressurgir de novas potências emergentes, nomeadamente da China, e de poderes não-estatais exportadores do extremismo islâmico e do terrorismo jihadista, como forma de imposição da sua vontade, esse tempo é hoje passado, tornando-se imperioso que as grandes instituições defensoras da democracia liberal, do estado de direito e dos direitos humanos e da paz, segurança e estabilidade mundial, se adaptem aos novos “ventos” que sopram da Ásia-Pacífico, do Médio-Oriente e do Corno de África/Sahel.

Não havendo lugar a vazios de poder geopolíticos, e estando o centro de gravidade do poder económico mundial a deslocar-se aceleradamente para Oriente, no sentido Ásia-Pacífico - área de interesse estratégico para os EUA e seus aliados e parceiros - simultaneamente com a extraordinária rápida ascensão e maior agressividade da China, com uma agenda de domínio mundial desafiante dos EUA, o Mar do Sul da China constituirá, muito provavelmente, o teatro de operações onde a competição geopolítica, tipo “Guerra Fria”, entre democracia liberal e autocracia se desenrolará.

Assim, poderemos estar certos de que uma nova ordem mundial está já em desenvolvimento, em que a NATO e a UE terão um papel fundamental a desempenhar, respetivamente pela sua extraordinária organização e potencial político-militar e pelo seu poderio económico, tecnológico, diplomático e de paz e segurança à escala regional e mundial.

Por isso, a NATO e a UE precisam, rapidamente, de se adaptar às profundas mudanças, para poderem acompanhar, de forma preventiva e liderante, a evolução já em curso para uma nova ordem mundial mais orientada para o interesse público, onde uma Europa mais soberana tornar-se-ia num melhor e mais igualitário parceiro dos EUA na gestão dos problemas mundiais, dominados grandemente pelos gigantes tecnológicos, pese embora os desafios do reaparecimento dos nacionalismos, das autocracias e dos extremismos fundamentalistas.

A conjugação dos objetivos e a concertação de calendários e cronogramas temporais dos exercícios de reflexão em curso, como a “Bússola Estratégica” (UE) e a “Agenda NATO 2030/Novo Conceito Estratégico da NATO”, poderão constituir uma janela de oportunidade única, a não perder, no aprofundamento, aprontamento e interoperabilidade de forças, assim como na cooperação, coerência, complementaridade e reforço mútuo UE-NATO, em coordenação concatenada com os objetivos político-estratégicos essenciais dos EUA e da defesa dos interesses comuns em relação às ameaças da Rússia, da China e do “despertar” do Ártico.

**Augusto Melo Correia | 20.09.2021**  
**Vice Presidente do Conselho Consultivo**

<sup>1</sup> C5ISTAR – Comando, Controlo, Comunicações, Computação, Ciberdefesa, *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*.



[Ver artigo completo](#)

REPÚBLICA PORTUGUESA  
DEFESA NACIONAL

2021  
FLAD  
ATLANTIC  
SECURITY  
AWARD  
ATLANTIC CENTRE idn Instituto da Defesa Nacional

Defesa Nacional cria prémio de investigação sobre Atlântico com Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Site FLAD Formulário

O FLAD Atlantic Security Award pretende distinguir dois projetos de investigação que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento sobre a Segurança e Defesa no espaço atlântico. A Defesa Nacional, através do Centro do Atlântico e do Instituto da Defesa Nacional, associou-se à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) na criação de um prémio que

para o Desenvolvimento (FLAD) na criação de um prémio que visa estimular a investigação sobre Segurança e Defesa no Atlântico.

O *FLAD Atlantic Security Award* pretende distinguir dois projetos de investigação, no valor de 20 mil euros cada, que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento sobre a Segurança e Defesa no espaço atlântico.

Para a coordenadora do Centro do Atlântico, Professora Doutora Licínia Simão, que fará parte do júri do concurso, a criação deste prémio "é uma oportunidade de aprofundar o contributo do Centro para o diálogo e a cooperação em torno do Atlântico, através da produção de investigação científica que melhore a tomada de decisão entre parceiros da região".

As candidaturas ao prémio estão abertas, a partir de hoje e até 30 de outubro, a propostas de doutorados de todas as nacionalidades, sendo que dos projetos vencedores a serem anunciados em janeiro de 2022, um dos prémios será preferencialmente atribuído a uma candidatura portuguesa.

idD PORTUGAL DEFENCE

A ECONOMIA DE DEFESA EM NÚMEROS

Factsheet Ver mais

A idD Portugal Defence reuniu um conjunto de informações que permite fazer um retrato daquilo que é a Economia de Defesa em Portugal.

De números sobre a atividade média das entidades até à caracterização dos Recursos Humanos do setor, aqui encontrará alguns dos dados preliminares recolhidos pela Portugal Defence ao abrigo do protocolo com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Transição Digital e com o Instituto de Defesa Nacional.

EUROPEAN DEFENCE AGENCY

CYBER DEFENCE  
Baseada na cooperação europeia

Ver mais

Depois da terra, do mar, do ar e do espaço, o ciberespaço tornou-se o quinto domínio da guerra. As Forças Armadas contam cada vez mais com a capacidade de operar no ciberespaço em todo o espectro de operações cibernéticas. A primeira vez que a ciberdefesa foi identificada e selecionada como uma das ações prioritárias para a melhoria das capacidades no quadro da União Europeia foi em 2010, no quadro do Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP) atualizado para a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

ISS EUROPEAN UNION Security Studies

DIPLOMACIA DIGITAL VERDE  
É hora da UE liderar

Ver mais

No segundo que acabou de passar, foram trocados mais de 116 terabytes de dados pela internet, quantidade comparável a dez vezes a produzida pelo Telescópio Espacial Hubble num ano. Os dados tornaram-se um recurso essencial para o crescimento económico, a criação de empregos e o progresso da sociedade. Vai 'remodelar a forma como produzimos, consumimos e vivemos'.

No entanto, nosso modo de vida cada vez mais digital tem um custo para o meio ambiente. O discurso de 2020 'O estado do planeta' do

Secretário-Geral da ONU, António Guterres, deixou claro: a economia mundial precisa transformar-se para abraçar um modelo económico sustentável com infraestrutura mais limpa, incluindo infraestrutura digital e internet. É um problema global que requer um esforço internacional combinado. No entanto, o impacto ambiental das novas tecnologias dificilmente é tratado como uma questão de política externa. A Aliança Verde UE-Japão assinada em maio de 2021, apesar de ser relativamente abrangente, não faz qualquer referência aos desafios ambientais da transição digital. A parceria entre a Comissão Europeia e o Breakthrough Energy Catalyst para impulsionar os investimentos em tecnologias climáticas críticas concentra-se em hidrogénio verde, captura direta de ar, armazenamento de energia de longa duração e combustíveis de aviação sustentáveis, mas não no setor de tecnologia da informação.

Isso é intrigante, visto que os data centers que alimentam o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) geram até 2% das emissões globais de carbono, um número comparável ao do setor de aviação. O setor das TIC é responsável por cerca de 7% do consumo global de eletricidade, mas, de acordo com certas previsões, poderá consumir um quinto de toda a eletricidade mundial em 2025.

## ESTADO DA UNIÃO



### A Comissão propõe um guião para a Década Digital para concretizar a transformação digital da UE até 2030

A Comissão propôs esta (Publicado-15SET) semana um Caminho para a Década Digital, um plano concreto para alcançar a transformação digital da nossa sociedade e economia até 2030. O Caminho proposto para a Década Digital irá traduzir as ambições digitais da UE para 2030 num mecanismo de concretização concreto. Estabelecerá um quadro de governação baseado num mecanismo de cooperação anual com os Estados-Membros para atingir os objetivos da Década Digital para 2030 a nível da União nas áreas das competências digitais, infraestruturas digitais, digitalização das empresas e serviços públicos. Visa também identificar e implementar projetos digitais em grande escala que envolvam a Comissão e os Estados-Membros.

 Estado da União: Comunicado de Imprensa

 2021 Discurso sobre o Estado da União da Presidente Ursula von der Leyen

 Estado da União: guião para a Década Digital - Perguntas e Respostas

 Factsheet: Um guião para a década digital

 Apresentação : Programa de Políticas: um caminho para a Década Digital

 Proposta Decisão: Estabelece o Programa de Políticas 2030 "Guião para a Década Digital"

 Documento de trabalho: Sobre o programa de políticas: Um guião para a década digital

 Década Digital da Europa



Em 10 de setembro de 2001, o mundo parecia estar caminhando numa direção previsível. Os Estados Unidos eram a hegemonia óbvia e incontestável. A China cresceu rapidamente, mas ainda era um país pobre e egocêntrico do terceiro mundo. A Rússia estava fraca e recuperando-se de sua última crise. Vladimir Putin ainda era relativamente novo como presidente da Rússia e o Ocidente sabia pouco do que esperar dele. A União Europeia estava finalmente caminhando para acabar com as divisões da Guerra Fria e abrir as suas fronteiras aos antigos Estados comunistas da Europa Central. Ao mesmo tempo, a UE planeou uma profunda reforma interna, a adoção de uma constituição e de uma federalização gradual. Parecia que a ordem global estaria para sempre nas mãos do duopólio liberal-democrático dos EUA e da UE, ditando as regras às quais China, Rússia e outros países aspirantes teriam de adaptar-se.

A crise que preocupava o Ocidente dizia respeito ao pequeno Kosovo, onde as forças da OTAN intervieram em 1999 para defender a população albanesa e principalmente muçulmana. Claro, mesmo naqueles tempos relativamente calmos, o mundo não estava livre de surtos de instabilidade. O governante do Iraque, Saddam Hussein, recusou-se a cooperar com os inspetores de armas da ONU, o que levou os EUA a acreditar que o Iraque estava secretamente produzindo armas de destruição em massa.



O rápido colapso das forças do governo afegão e a tomada do poder pelo Taliban chocaram a Europa e levaram a um intenso debate sobre as implicações para a política europeia. Enquanto os Estados Unidos foram o principal motor e decidiram a estratégia de intervenção ocidental no Afeganistão, vários países europeus fizeram um grande investimento de tropas e recursos no esforço. Agora, esse esforço está em ruínas e os europeus ficam com várias perguntas inevitáveis. Em primeiro lugar, eles giram em torno das melhores maneiras de colocar os seus cidadãos e aqueles que trabalharam com eles em segurança. Mas, mais à frente, eles devem considerar as lições da experiência afegã para suas políticas de segurança, estabilização, relações com os EUA e outras potências regionais e migração, entre outras áreas.

O fim dramático da missão no Afeganistão levantará inevitavelmente a questão do futuro das intervenções militares. Desde 2014, o enfoque da NATO mudou das missões fora da área de volta para a sua tarefa principal - dissuasão e defesa territorial. O cansaço da intervenção espalhou-se entre os estados membros da NATO. Depois das 'guerras eternas' no Iraque e no Afeganistão, os Estados Unidos claramente não estão mais dispostos a servir como 'policiais do mundo'. Isso já podia ser visto na Síria durante os anos Obama.

## SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE



Os projetos internacionais de capacitação cibernética envolvem países, empresas e organizações que ajudam uns aos outros além das fronteiras para desenvolver instituições funcionais e responsáveis que respondam com eficácia ao crime cibernético e fortaleçam a resiliência cibernética de um país.

Esses projetos assumem várias formas, como aconselhar equipes governamentais que respondem a incidentes de segurança cibernética nacional, ajudar os países a projetar e realizar campanhas de conscientização pública sobre como permanecer seguro online e treinar a polícia para investigar o crime cibernético.

Encomendado pelo Serviço de Instrumentos de Política Externa da Comissão Europeia, este relatório identifica quatro tendências na construção de capacidade cibernética e extrapola seu desenvolvimento para explorar quatro cenários potenciais que podem informar a tomada de decisão estratégica dos construtores de capacidade.

Anexo

Relatório

As armas nucleares dos EUA são especiais e únicas por três motivos: Em primeiro lugar, os Estados Unidos estendem a dissuasão nuclear a mais de trinta aliados de tratados formais na Europa e no Indo-Pacífico, um pilar central das alianças dos EUA e do sistema internacional baseado em regras. Em segundo lugar, a seleção de forças armadas dos EUA mantém os Estados Unidos em conformidade com a Lei do Conflito Armado e potencialmente permite que os Estados Unidos limitem os danos da guerra nuclear e salvem milhões de vidas. Finalmente, os Estados Unidos desfrutaram da capacidade económica para colocar em campo uma força nuclear robusta a um custo razoável. Em suma, os Estados Unidos exigem mais de suas armas nucleares do que outros países e exigem uma força mais robusta.



Atlantic Council

### O PAPEL ESPECIAL DAS ARMAS NUCLEARES DOS EUA

Ver mais



### O QUE OS EUROPEUS PENSAM SOBRE A GUERRA FRIA EUA-CHINA

Ver mais

A maioria dos cidadãos europeus acredita que uma nova guerra fria com a China e a Rússia está em andamento - mas a maioria deles não acredita que seu próprio país esteja envolvido.

A maioria acredita que os EUA já estão participando desses confrontos e consideram as instituições da UE mais prováveis do que seus próprios governos de estarem em uma guerra fria com a China e a Rússia.

Uma interpretação otimista vê a terceirização dessa competição de grandes potências para Bruxelas como a chegada de uma verdadeira política externa da UE - mas uma análise mais pessimista vê uma lacuna emergente entre Bruxelas, por um lado, e as capitais dos estados membros e cidadãos da UE, por outro.

Esta diferença de pontos de vista entre se o próprio país está participando no conflito que fermenta, em oposição a se a América e a UE estão, sugere que não há consenso público europeu de que o mundo de amanhã será um mundo de competição crescente entre democracia e autoritarismo.



### COMPARAR E AVALIAR PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Itália, Alemanha, Espanha, França, Portugal e Eslováquia

Projecto reflexão

Ver mais

Avaliar e comparar planos nacionais de recuperação e resiliência é um exercício particularmente difícil. Apesar das orientações da Comissão sobre como elaborar os planos, estes continuam a ser bastante heterogêneos, dificilmente comparáveis e não facilmente acessíveis. Este estudo propõe uma abordagem metodológica para comparar e avaliar reformas e investimentos, com base na sua relevância, eficácia e coerência. Os perfis de país produzidos não reproduzem o exercício de avaliação da própria Comissão de cada plano e não descrevem (apenas) o conteúdo dos planos. Em vez disso, eles concentram-se na lógica por trás das intervenções, permitindo avaliar (pelo menos em parte) cada plano.



### APROXIMANDO-SE Visões europeias do Indo-Pacífico

Ver mais

O lançamento da estratégia da UE para o Indo-Pacífico deve marcar o início de uma nova abordagem para a região. Apesar da crescente importância económica e política da região, muitos estados membros ainda estão vivamente desinteressados em agir. Será necessário mais do que apenas um forte apoio da França, Alemanha e Holanda para garantir que a nova estratégia da UE para o Indo-Pacífico seja eficaz a longo prazo. Os três países têm a oportunidade de convencer outros Estados de que a região é vital para a soberania e prosperidade europeias. Podem fazer isso criando projetos visíveis que demonstrem a sua presença e intenção no Indo-Pacífico e estabelecendo alianças para um maior envolvimento europeu em áreas como tecnologia e segurança marítima.



### SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIAS Avanço ou vida adicional?

Ver mais

Este artigo apresenta o fosso entre o que já foi acordado e planeado no passado no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia e o que realmente alcançámos. Concentramo-nos na autonomia estratégica da UE e na credibilidade das forças militares europeias. O processo de criação da Bússola Estratégica é uma oportunidade para repensar o futuro da segurança da Europa, para unificar as posições dos Estados-Membros e para aumentar o realismo para colmatar o fosso entre a retórica e a ação. Para maior autonomia estratégica e credibilidade dos militares, propomos melhorias em oito ações.

## DESTAQUES EURODEFENSE JOVEM-PORTUGAL

Durante o mês de **setembro**, a EuroDefense-Jovem (EDJ) continuou a dinamização das suas redes sociais com conteúdo produzido pelos seus membros, abordando várias temáticas.

Na primeira semana, a EDJ abordou o tema da União Europeia, dando a conhecer aos seus seguidores algumas das Instituições Europeias. Assim, na reflexão desta semana, com o título “A União Europeia e as suas Instituições”, a Inês Alves, Mestre em Direito Europeu pela Leiden Univesiteit, aprofundou a temática explicando-nos a origem da União Europeia e das suas Instituições, a sua importância e a forma como estas funcionam e interagem entre si. Adicionalmente, foi criada e publicada uma nova rubrica EDJ intitulada “Diário da União”, a qual tem por objetivo informar os seus seguidores do que se passa na União Europeia.

Na segunda semana, versámos sobre a questão dos Serviços de Informação da República Portuguesa (SIRP) e a necessidade de cooperação entre estes e os serviços de informação dos outros Estados. Na sua reflexão, intitulada “Intelligence e Cooperação em Portugal”, a Inês Barbosa Caseiro, Mestranda em Direito e Segurança pela Nova School of Law e vice-Presidente da EDJ, examinou a relevância dos Serviços de Informação nacionais, a sua composição e a forma como estes funcionam, e por fim, exaltou a importância da cooperação entre os SIRP e os serviços de informação dos demais Estados. No dia 15 deste mês, renovou-se o mandato da Comissão e tomou posse a primeira presidência da Associação de Estudos Europeus – EuroDefense Jovem-Portugal (AEE-EDJP), presidida pelo Miguel Gomes.

A terceira semana deu lugar à realização de um Webinar em parceria com a Orbis, sobre a importância Geopolítica do Ártico, contando com



a Professora Doutora Carla Jacinto como oradora. No âmbito deste evento foi partilhada uma factsheet, na qual contextualizámos geograficamente a região do Ártico, as transformações que esta tem vindo a sofrer com o degelo provocado pelo aquecimento global e as potencialidades que daqui irão surgir. Numa reflexão conjunta, a Leonor Sustelo, Mestranda em Direito Internacional e Europeu pela Nova School of Law, e a Madalena Matoso, Mestranda em Estratégia no ISCSP e colaboradora da Orbis, e abordam o impacto do degelo no surgimento de novas potencialidades na região, como a possibilidade de exploração de novos recursos naturais, o aparecimento de rotas marítimas mais competitivas e os possíveis impactos deste fenómeno na relevância internacional do Ártico, como por exemplo, possíveis tensões e conflitos entre os diversos Estados Árticos e o interesse na região por parte de Estados não árticos. Na última semana do mês, demos início ao Programa de Tertúlias EDJ, sendo a primeira Tertúlia sobre a Construção do Projeto Europeu. Neste sentido, foi publicado um editorial a explicar em que consiste o Programa de Tertúlias EDJ e qual o seu propósito, e a apresentar os oradores – Dr. António Jorge Figueiredo Lopes e Dr. Paulo Lourenço – deste primeiro evento.



A estratégia Indo-Pacífico da UE é oportuna, como demonstra o acordo EUA-Austrália-Reino Unido. Este resumo de política da edição especial da CSDS resultou do trabalho com a UE no contexto de sua estratégia

Indo-Pacífico. Publicado em 16SET2021, numa série especial juntamente com outros quatro, que lançam luz sobre as causas subjacentes e observam as tendências futuras.



Uma região de pontos de inflamação?  
Segurança no Indo-Pacífico



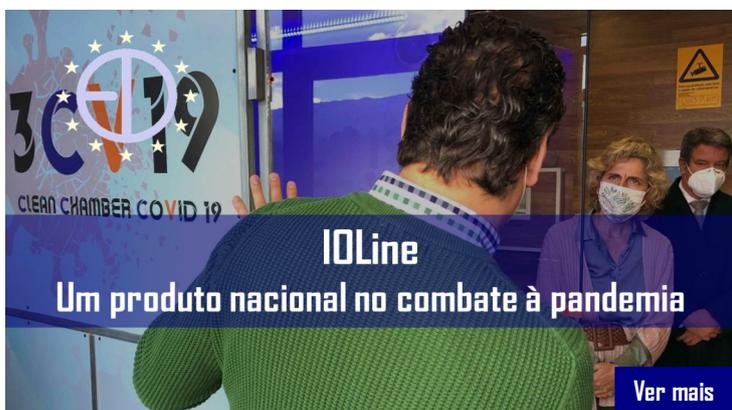
Uma lacuna na governança?  
Política e sociedade no Indo-Pacífico



Megatendências geoeconómicas no Indo-Pacífico:  
integração ou desacoplamento?



Conhecimento é poder?  
Tecnologia e inovação no Indo-Pacífico



Ver mais



Ver mais